



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 275/11**

**Súmula:** Institui o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão no Estado do Paraná. (Concedidos às pessoas físicas ou jurídicas que adaptarem suas edificações e treinarem seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais e às idosas).

**Art. 1º** Fica instituído o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão, a serem concedidos às pessoas físicas ou jurídicas que adaptarem suas edificações e treinarem seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais e às idosas.

**Parágrafo Único.** Constarão no Certificado-Inclusão a identificação do agraciado, o número e a data desta lei, além dos dados característicos do diploma.

**Art. 2º** A pessoa jurídica agraciada com o Certificado-Inclusão receberá o Selo-Inclusão, que poderá ser utilizado na divulgação de seus produtos e serviços.

**Parágrafo Único.** O prazo de validade do Certificado e do Selo coincidirá com o exercício fiscal subsequente àquele em que for feita a certificação.

Art. 3º O Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão serão concedidos pelo Governador do Estado, ouvido o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e o Conselho Estadual do Idoso, nas seguintes graduações:

I - Grau Prata, à pessoa física ou jurídica que adaptar fisicamente suas edificações, eliminando as barreiras arquitetônicas para melhor atender à pessoa portadora de necessidades especiais e ao idoso;

II - Grau Ouro, à pessoa física ou jurídica que adaptar fisicamente suas edificações, eliminando as barreiras arquitetônicas, e treinar seus funcionários para melhor atender à pessoa portadora de necessidades especiais e ao idoso.

Art. 4º A pessoa física ou jurídica agraciada receberá o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão do Governador do Estado ou de seu representante.

Art. 5º O Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão serão entregues, em solenidade específica, na 1ª (primeira) semana de dezembro de cada ano.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 2011.



ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE



RELATOR





## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 369/11**

**Ementa:** Altera o art. 1º da Lei nº 16.759, de 29 de dezembro de 2010.

**Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 16.759, de 29 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação.**


**"Art. 1º - Determina às Empresas estabelecidas no Estado do Paraná, que tenham, dentre outras finalidades, a de distribuição e/ou comercialização de venenos de ratos e venenos similares, que disponibilizem locais reservados para os produtos citados e que, o acesso desses, seja restrito somente para maiores de 18 (dezoito) anos.**

**Parágrafo único – O descumprimento do disposto nesta lei, sujeitará ao infrator, as seguintes sanções:**

- I – Advertência escrita;**
- II – Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);**
- III – Cassação da Inscrição Estadual".**

**Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Sala das Comissões, 03 de outubro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**







## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 467/11**

**Ementa:** Institui o dia 1º de maio de cada ano como sendo o "Dia do Diácono e do Obreiro", no Estado do Paraná.

**Art. 1º-** Fica instituído o dia 1º maio de cada ano como sendo o "Dia do Diácono e do Obreiro", no âmbito territorial do Estado do Paraná.


**Art. 2º -** Fica determinado à inclusão da data constante no artigo anterior, no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

**Art. 3º -** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.


**Sala das Comissões, 04 de outubro de 2011.**



**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**



**RELATOR**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Gabinete Deputado Hermas Junior



PROJETO DE LEI Nº 236 DE 15 DE MARÇO DE 2011.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 ABR. 2011

  
**1º Secretário**

Súmula: Determina aos clubes de futebol sediados no Paraná que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os clubes de futebol oficiais do Estado do Paraná devem assegurar que estejam matriculados em instituição de ensino, pública ou particular, todos os jogadores menores de 18 (dezoito) anos com os quais possuam qualquer forma de vínculo, zelando pela sua frequência e aproveitamento escolar.

Parágrafo único - Consideram-se clubes oficiais as associações devidamente registradas e reconhecidas pela Federação Paranaense de Futebol.

Art. 2º - Os clubes de futebol que não regularizarem a situação de matrícula escolar dos jogadores de futebol menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados ficarão impedidos de participar de jogos, torneios, campeonatos e competições oficiais no Estado.

Art. 3º - Os clubes de futebol terão a responsabilidade de encaminhar à Federação Paranaense de Futebol, anualmente, os comprovantes de matrícula e, semestralmente, os atestados de frequência escolar dos jogadores menores de 18 (dezoito) anos.

§ 1º - Recebidos os documentos, a Federação Paranaense de Futebol deverá encaminhá-los, junto com a lista dos jogadores inscritos nas competições oficiais, à Secretaria de Estado da Educação e à Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado, para as devidas providências.

§ 2º - A não entrega dos comprovantes de matrícula e frequência escolar dos jogadores menores de 18 (dezoito) anos, pelos clubes oficiais, à Federação Paranaense de Futebol presumirá o descumprimento desta Lei, acarretando a aplicação de penalidade.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a estrutura de acompanhamento e imposição das penalidades no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da sanção desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala de Sessões, em 15 de março de 2011.

  
**Deputado Estadual Hermas Junior**

Praça Nossa Senhora de Saete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 - Fone/Fax (41) 3350-4074 - (41)3350-4170

Site: [www.hermasbrandaojr.com.br](http://www.hermasbrandaojr.com.br) e-mail: [contato@hermasbrandaojr.com.br](mailto:contato@hermasbrandaojr.com.br)





## JUSTIFICATIVA

Mesmo avançando na área esportiva com as confirmações da Copa do Mundo em 2014 e os jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016, ainda encontramos limitações no que tange a conexão entre esporte e educação no Brasil.

O presente projeto foca no futebol, além de ser um compromisso com a educação e com a juventude.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 53, Capítulo IV, estabelece que a criança e o adolescente, até os dezoito anos, têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Portanto, esta proposição visa garantir, através de medida concreta e objetiva, que seja respeitado efetivamente esse direito.

No Estado de São Paulo, o deputado estadual Raul Marcelo aprovou o Projeto de Lei nº 13.748/2009, com o objetivo de estimular a valorização da educação no Estado e servir como um instrumento de proteção ao futuro de milhares de jovens que abandonam os estudos para tentar um contrato profissional.

Sabemos que, na maioria das vezes, muitos jovens que ambicionam ser profissionais do futebol terminam a vida sem o sonhado contrato, sem formação e sem emprego, expondo-se a situação de risco e vulnerabilidade social.

Neste sentido, baseando-se nesta proposta aprovada no Estado de São Paulo, a presente proposição beneficiará centenas de jovens gaúchos que, muitas vezes, abandonam os estudos para se dedicar ao futebol nos clubes, na expectativa de serem agraciados com contratos milionários, que são, na verdade, uma exceção.

A população de jovens envolvidos nas categorias de bases dos clubes de futebol paranaense é considerável. Desta forma, temos o propósito de garantir que um número significativo de jovens possua uma alternativa acadêmica e/ou profissional não obtendo êxito no meio futebolístico.

A lógica de fomentar a busca por possibilidades para a juventude influenciou esta proposição.

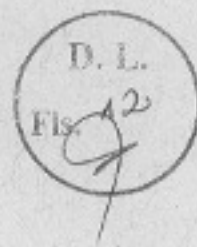
Considerando que a educação é um direito fundamental e por entendermos que a mesma é um fator indispensável para nossa sociedade, propomos a partir deste projeto que se pense uma política esportiva iniciada nas escolas, tendo como meta além das medalhas e fama, o esporte como elemento para a qualidade de vida e a saúde pública.

Contando com a atenção e o apoio dos Nobres Deputados e Deputadas, peço a aprovação unânime desta matéria de grande importância para muitos jovens.

Sala de Sessões, em 05 de abril de 2011.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 296/2011.**

**Projeto de Lei nº 296/2011.**

**Autor: Deputado Hermas Brandão Júnior.**

**Súmula:** Determina aos clubes de futebol sediados no Paraná que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados, e dá outras providências.

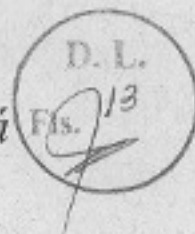
**EMENTA:** MATRÍCULA OBRIGATÓRIA NAS ESCOLAS AOS MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS VINCULADOS AOS CLUBES PROFISSIONAIS DE FUTEBOL. POSSIBILIDADE. ART. 53, 63 E 124 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI 9.394 DE 1996. LEI 8.069 DE 1990. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão Júnior, tem por intuito determinar que os clubes de futebol sediados no Paraná, tenham matriculados regularmente nas instituições de ensino os jogadores de tenham idade inferior a 18 (dezoito) anos, garantindo o acesso a educação.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

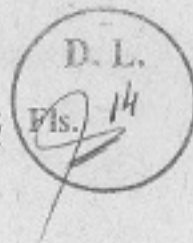
Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124º. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Também com relação a competência para a elaboração de leis, temos no artigo 53, XVI da Constituição Estadual do Paraná, a competência da Assembleia legislativa em legislar em matérias de competência comum do acima citado artigo 23 da nossa Carta Magna, a qual cita especificamente sobre as pessoas portadoras de deficiência física.

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; [Grifo Nosso).

No que tange ao processo legislativo, temos no **artigo 63, inciso III da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ**, a competência do Deputado Estadual para a elaboração de Lei Ordinário, que é o caso em análise, vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 63. O processo legislativo compreende a elaboração de:

III - leis ordinárias;

Continuando a análise, temos a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual disciplina o direito e dever da educação de todos os brasileiros, senão vejamos:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A Lei 8.069 de Julho de 1990, que criou o Estatuto da Criança e dos Adolescentes, disciplina no art. 53, a priorização dos menores ao ensino, adequando ao Projeto de Lei objeto da análise, que segue:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: (Grifo Nosso).

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



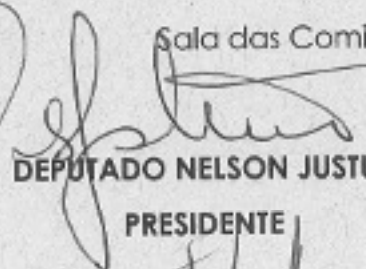
No que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na **LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98**.

Por fim, vemos através da legislação acima explanada, que a Assembléia Legislativa do Paraná é competente para legislar sobre a matéria objeto do Projeto de Lei.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 24 de Maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**

**RELATOR**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**COMISSÃO DE ESPORTES**



## PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 296/11

O Projeto de Lei n.º 296/11, de autoria do Deputado Hermas Junior, tem por finalidade determinar que os clubes de futebol sediados no Estado do Paraná tenham matriculados regularmente nas instituições de ensino os jogadores com idade inferior a 18 (dezoito) anos, garantindo acesso a educação.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer.

### ANÁLISE DO MÉRITO


A vivência escolar é um momento privilegiado na construção da cidadania, pois o conhecimento oferecido pela escola vem capacitar o aluno para que saiba, diante da complexidade do mundo real, posicionar-se, orientar suas ações e fazer opções conscientes no seu dia-a-dia.

O maior benefício que se pode agregar é o estímulo da valorização da educação no Estado do Paraná servindo como um instrumento de proteção ao futuro de milhares de jovens que abandonam os estudos para tentar um contrato profissional no ramo do futebol.

### CONCLUSÃO

Ante o exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, damos parecer favorável e somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 03 de junho de 2011.

  
**Deputado Ney Leprevost**  
Presidente  
Relator





**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 296/11**

O Projeto de Lei nº 296/11, de autoria do Deputado Estadual HERMAS JUNIOR, tem por finalidade determinar que os Clubes de Futebol sediados no Estado do Paraná tenham seus Jogadores com idade inferior a 18 anos, regularmente matriculados nas Instituições de Ensino, visando garantir o acesso dos mesmos à educação.

Previamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça sob os aspectos da Legalidade e Constitucionalidade, esta opinou pela sua aprovação.

Após parecer favorável exarado pela Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o referido Projeto, igualmente, para análise e Parecer desta Comissão.

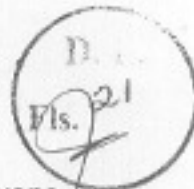
Passa-se à análise sobre os aspectos relativos à necessidade, oportunidade, conveniência e relevância da matéria tratada na proposição.

**ANÁLISE DO MÉRITO**

A Educação é um direito de todos e dever do Estado sendo promovida e incentivada com a colaboração da Sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Partindo do pressuposto que a população de jovens envolvidos nas categorias de bases dos clubes de futebol é considerável e que o Projeto em questão visa garantir que um número significativo de jovens possua uma alternativa acadêmica e/ou profissional, caso não obtenha sucesso no meio futebolístico;

Considerando que o Projeto objetiva estimular a valorização da educação no Estado e servir como um instrumento de proteção ao futuro de milhares de jovens que abandonam os estudos para tentar um contrato profissional e a importância que o estudo tem na vida de quem já tentou ser jogador de futebol;



Considerando que o projeto apresentado pretende unir a formação de jovens atletas à educação objetivando agregar a prática esportiva ao processo educativo, como meta do desenvolvimento social;

Levando-se em consideração a responsabilização dos Clubes de Futebol pela educação de jogadores menores de 18 anos, assegurando matrícula em Instituição de ensino a estes atletas, bem como, a penalidade prevista no projeto imputada às Instituições Esportivas que não regularizarem a situação de matrícula escolar dos jogadores de futebol menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados;

Finalmente, tendo em vista que a criança e o adolescente até os 18 (dezoito) anos de idade tem direito à educação visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, coadunando-se com a proposição em análise, que visa garantir, através de medida concreta e objetiva, que esse direito seja respeitado efetivamente, conclui-se:

#### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, chamada esta Relatoria a se manifestar, emitimos, no prazo regimental, **PARECER FAVORÁVEL** e somos pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2011.

  
**Deputado Professor Lemos**

**Relator Designado**

  
Dep. Evandro Junior

Presidente Comissão de Educação






**COMISSÃO DA JUVENTUDE**

**Parecer ao Projeto de Lei nº 296/11**

O presente Projeto de Lei de autoria do **Deputado Hermas Brandão Junior**, tem por objetivo assegurar que estejam matriculados em instituição de ensino, pública ou particular, todos os jogadores, menores de 18 (dezoito) anos, com os quais possuam qualquer forma de vínculo, zelando por sua frequência e aproveitamento escolar.

Encaminhou-se o referido projeto, após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, para, igualmente, Parecer desta Comissão.

**Análise do Mérito**

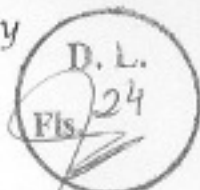
Sabemos que a prática do esporte é um instrumento educacional que propicia o desenvolvimento tanto individual quanto social da criança, que infelizmente não é utilizado pelas instituições educacionais na proporção que deveria. É uma fonte inesgotável de conceitos éticos e morais tão importantes para a formação do indivíduo.

Os Clubes de Futebol contribuem na Formação Social, Psicológica e Física dos alunos diante da sociedade, e este Projeto visa garantir o controle dos alunos não só nas dependências do Campo, mas sua assiduidade na escola. Portanto, relevante a responsabilidade do Clube de Futebol, em controlar se seus alunos menores de 18 (dezoito) anos se encontram efetivamente matriculados e frequentando a escola.

Havendo esta parceria o indivíduo será desenvolvido em suas competências cognitivas, sociais, pessoais e produtivas. O esporte deve ser o maior aliado da educação. Juntos promovem o desenvolvimento integral do indivíduo de forma harmoniosa e sadia despertando para a cidadania e assim formando pessoas de bem.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**Conclusão**

Ante o exposto, chamada esta Relatoria a se manifestar, damos Parecer Favorável e somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 05 de <sup>agosto</sup> ~~junho~~ de 2011.

Deputado Evandro Junior  
Presidente  
Relator



ANTEPROJETO DE LEI N.º 769/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Curitiba, do imóvel que especifica.

**Art. 1.º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Curitiba, de parte do lote "D", com área de 1.328,18m<sup>2</sup> e áreas edificadas de 261,30m<sup>2</sup>, situado na Rua Batista da Costa, s/n.º, Xaxim, matriculado sob o n.º 76.954 no 8.º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

**Art. 2.º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será utilizado, exclusivamente, para a Unidade de Saúde do Xaxim, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3.º** O Município terá o prazo de 02 (dois) anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, bem como tomará as providências quanto ao desmembramento necessário, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4.º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de setembro de 2011, 190º da Independência e 123º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

**MENSAGEM N.º 49/2011**

Curitiba, 14 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Curitiba.

**Justificativa do Anteprojeto de Lei**

Inicialmente, insta salientar que o presente Anteprojeto de Lei encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois esses contratos em particular visam imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Os artigos 6.º e 8.º da Lei Estadual n.º 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, nos seguintes termos:

**Art. 6.º** A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

- I – **existência de interesse público devidamente justificado;**
- II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;
- III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;
- IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração. (grifo nosso)

**Art. 8.º** Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

- I – De bens imóveis para:

(...)

- f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;

José dos Santos Carvalho Filho leciona que “A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e **atender a interesse público cumpridamente demonstrado**. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: *autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado*. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável<sup>1</sup>.”

Sendo assim, resta comprovada que a presente medida consulta os interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende doar ao Município de Curitiba será construída a Unidade de Saúde Xaxim.

Desta forma, por se tratar de doação de imóvel certo e determinado, com o objetivo de atender interesse público, a licitação é dispensável.

1 CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.

Tendo em vista a autorização para que o Órgão Público efetue doações sem a necessidade de licitação, existindo interesse público, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

**GABINETE DO GOVERNADOR**

Palácio das Araucárias – Curitiba, 14 de setembro de 2011  
OF CEE/G 143/11




I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em, 26/09/2011  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 49/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel de propriedade do Estado para o Município de Curitiba.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/SRGVFYJC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14107 27/09/2011 08:07:483 OF ASSINILIT LEGISLATIVA DO PARANÁ



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

## **PARECER AO PROJETO DE LEI 769/11**

**Projeto de Lei nº 769/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.049/11**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Curitiba, do imóvel que especifica.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CURITIBA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

### **PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 049/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Curitiba.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grito nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grito nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

**Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**

**I - existência de interesse público devidamente justificado;**

**II - prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;**

**III - autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;**

**IV - licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.**

**Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:**

**f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;** (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.






Sala das Comissões, 4 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADA CANTORA MARA LIMA**

**RELATORA**

  
  
  
  
  
*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 769/2011**

Projeto de Lei nº 769/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 49/11

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Curitiba, do imóvel que especifica.**

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 769/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 49/11, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Curitiba de parte do lote “D”, com área de 1.328,18 m<sup>2</sup> e áreas edificadas de 261,30m<sup>2</sup>, situado na Rua Batista da Costa, s/n.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº769/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar a comunidade do Xaxim, no município de Curitiba, através da construção de uma Unidade de Saúde na área especificada.

Cumpra a nós destacar que “*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*”, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial dos loteamentos em questão. O **Projeto de Lei 769/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população na ampliação do atendimento de saúde, de forma a atender o interesse e o benefício de todos.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 49/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita a Mensagem do Executivo, na qual dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual:

**Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**  
**I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)**  
**(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)**

Em sua composição, o projeto sugere a doação de uma área que será utilizada exclusivamente para ampliação do atendimento de saúde ao município. Este fato evidencia de forma clara o mérito desta proposição, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente regularização a comunidade do Xaxim terá estrutura regularizada para trabalhar a saúde de forma a melhor atender a população.

### **III - VOTO DO RELATOR**

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.



#### IV - CONCLUSÃO

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto **favoravelmente** pela aprovação do **Projeto de Lei nº 769/2011** na sua forma apresentada. O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que será utilizada para fins exclusivos da construção de uma nova unidade de saúde em Curitiba, trazendo benefícios indiscutíveis a população. A tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 769/11**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 10 de outubro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**

**Presidente da Comissão**



**FRANCISCO BUHRER**

**Relator**





OF/CTL/CC nº 1601 /2011

Curitiba, 01 de julho de 2011

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 JUL. 2011

1º Secretário

Senhor Presidente,

A DAP p/ leitura no ex.  
pedienteA DL p/ promulgação  
E 04. julho 2011

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 038/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 075/2011, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O presente Projeto de Lei nº 075/11, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida, tem como escopo dispor sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

Em relação à matéria em análise, dispõe a Constituição Federal:

**Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso)

**Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (grifo nosso)

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
Prot.º 11.102.751-0



Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (grifo nosso)

Por se tratar de direito fundamental, assegurado pelo Estado, a Constituição Federal não impôs restrições quanto à competência para legislar sobre saúde pública, de forma que as normas que visem garantir o bem-estar da população podem ser elaboradas por qualquer das esferas de poder.

A saúde pública deve, portanto, ser tratada de forma ampla, pois vêm ao encontro dos dispositivos norteadores do Estado Brasileiro, quais sejam, da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

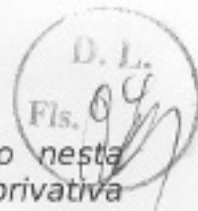
A Constituição Estadual também atua no mesmo sentido:

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. Ao Estado, como integrante do Sistema Único de Saúde, compete implementar ações destinadas a cumprir as atribuições referidas no art. 200 da Constituição Federal.

Observa-se, assim, que toda ação destinada à proteção da saúde da população encontra respaldo constitucional, haja vista se tratar de direito fundamental.

Entretanto, embora haja legitimidade para legislar sobre a matéria proposta, o referido Projeto apresenta vício de iniciativa, vez que, a competência para legislar acerca das atribuições das Secretarias de Estado é exclusiva do Chefe do Poder Executivo, a esse respeito dispõe a Constituição Estadual:



**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso).

Ademais, oportuno salientar que compete à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos gerenciar a coleta e destinação final de resíduos de saúde, ambas subordinadas ao Poder Executivo. Frise-se que as normas vigentes no Estado do Paraná para a gestão de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS, para fins da atuação da Vigilância Sanitária já estão estabelecidas na Resolução Conjunta 002/05-SEMA/SESA.

Assim, o presente Projeto de Lei é, portanto, dotado de constitucionalidade no que tange à saúde pública, pecando no que diz respeito à separação dos poderes, ao criar atribuições às Secretarias de Estado, recaindo em evidente inconstitucionalidade, no art. 7º, quanto a fiscalização e a aplicação de multa no caso de descumprimento legal.

A separação dos poderes, como princípio de ordem constitucional, destina-se a evitar ingerência de um poder constituído sobre outro, evitando-se assim arbitrios que poderiam incorrer se um Poder pudesse, livremente, criar atribuições para outro.

Ademais, se não bastassem as inconstitucionalidades supracitadas, o presente Projeto de Lei apresenta evidente afronta ao interesse público, vez que as benesses pretendidas com a redação da presente proposta são, no mínimo, duvidosas, haja vista que os benefícios ao meio ambiente e a saúde pública pretendidos podem não ocorrer, como demonstra o parecer do Sr. Carlos Roberto Patza, do Departamento de Vigilância Sanitária - DEVS, encaminhado pela Secretaria de Saúde, cujo teor segue transcrito:

*"As normas vigentes para a gestão de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS, para fins de atuação da Vigilância Sanitária, são a Resolução RDC 306/2004-ANVISA de aplicação nacional e a Resolução Conjunta 002/05-SEMA/SESA, válida para o Estado do Paraná.*

*Tais normas orientam o descarte de medicamentos inservíveis, classificados como grupo B, a ser realizado pelos estabelecimentos definidos nas Resoluções, desde a geração destes resíduos nos estabelecimentos, até o seu tratamento e destino final, que podem ser terceirizados, sob a responsabilidade do estabelecimento gerador.*

*As informações sobre este processo de gestão devem estar descritas nos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS que devem ser apresentados pelos estabelecimentos para avaliação das vigilâncias sanitárias municipais e para aprovação no Instituto Ambiental do Paraná - IAP, exceto para o município de Curitiba quando será avaliado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.*

*Nas normas citadas não há considerações sobre o descarte de medicamentos utilizados pelos consumidores ou usuários em seus domicílios, obtidos pelos mesmos nos estabelecimentos comercializadores e/ou distribuidores de medicamentos, públicos ou privados, exceto aqueles fornecidos por serviços de assistência domiciliar. Também não há qualquer determinação expressa para ação por parte da Vigilância Sanitária para adoção de medidas fiscalizadoras ou*



orientadoras para a destinação final destes medicamentos quanto a estes consumidores domiciliares.

Pode ser importante observar que as resoluções da ANVISA e SEMA/SESA não classificam os resíduos produzidos em domicílios como Resíduos de Serviços de Saúde, apesar de ser do conhecimento comum que uma parcela considerável da população realiza tratamentos de saúde em ambiente residencial, tido como um local mais favorável para a ampla recuperação dos indivíduos em tratamento. Tal consideração pode ser creditada à enorme dificuldade operacional que os órgãos de fiscalização teriam para fazer cumprir alguma orientação que fosse possível de executar pelos vários milhares de residências espalhados por todos os municípios.

O Projeto de Lei no 75/2011 determina que empresas fabricantes, importadoras, distribuidoras ou revendedoras dos produtos descritos sejam os responsáveis em dar a destinação adequada aos produtos tipificados na lei, promovendo a coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final dos mesmos. Determina que os estabelecimentos que comercializem tais produtos ficam obrigados a aceitar a devolução de unidades usadas, vencidas ou inservíveis.

A legislação vigente, particularmente a federal, anteriormente citada, apresenta todas as exigências para acondicionamento de resíduos do Grupo B com dimensionamento em conformidade com o volume de resíduos produzidos no estabelecimento, que deve constar no PGRSS do estabelecimento. Também são apresentadas as condições que os abrigos de resíduos devem satisfazer para o armazenamento dos resíduos no intervalo entre as coletas, com dimensionamento compatível com o volume gerado e o intervalo entre estas coletas. Estas condicionantes devem ser apresentadas no PGRSS elaborado sob a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado, indicando, ainda, quem será o responsável pela implementação do Plano no estabelecimento.

A legislação em vigor determina que alterações nas quantidades de resíduos geradas no estabelecimento ou modificações de processo que possam ocorrer em qualquer das etapas do gerenciamento ou manuseio deverão ser autorizadas pelos órgãos fiscais responsáveis, implicando na reanálise dos PGRSS anteriormente apresentados e autorizados.

Quanto à aplicação da nova lei e das punições previstas na mesma, deve ser observado que mais de 90% dos medicamentos que circulam no em nosso território são produzidos por fabricantes localizados fora do Estado do Paraná, alguns fora do Brasil, e que a lei proposta poderá não ter força jurídica para o cumprimento de uma legislação estadual relativa aos resíduos de medicamentos consumidos no nosso estado. Ainda deve-se avaliar a hipótese de haver tratamentos diferenciados para os diversos fabricantes e constrangimentos financeiros, éticos e legais para aqueles estabelecidos no Estado do Paraná.

Quanto à reciclagem, deve ser lembrado que, exceto pelos vidros que acondicionem medicamentos líquidos, todos os demais componentes das embalagens, ou sejam, papéis, caixas, blisters, vidros que não contenham medicamentos líquidos, bulas, podem ser descartados como resíduo reciclável nos próprios domicílios, juntamente com os demais recicláveis do lixo doméstico, evitando-se custos adicionais ao consumidor que não precisa ir às farmácias para descartar estes materiais. Sugere-se criteriosa análise na permissão de reciclagem e reutilização de produtos que tem severo rigor e cuidado nas condições de embalagem e armazenamento, evitando-se esta possibilidade, ou seja, a reciclagem e reutilização, a fim de se manter a segurança na utilização de medicamentos e produtos que não devem trazer agravos à saúde pública, obrigação primordial do moderno conceito de estado.

Conforme apresenta a justificativa para o projeto de lei, no Paraná a fiscalização sanitária tem solicitado aos geradores de resíduos de saúde do Grupo B o cumprimento da legislação, ou seja, que os resíduos produzidos nos estabelecimentos, sejam de embalagens ou produtos sem condições de uso, sejam descartados atendendo os critérios determinados nas normas legais, até o seu tratamento e disposição final, que são fiscalizados pelo IAP.

Não parece ser necessário alterar este processo, pois se tem observado o cumprimento da legislação de modo satisfatório por parte dos geradores, sejam farmácias ou hospitais. Sugere-se avaliar que a modificação proposta poderá não implicar em redução nos preços dos medicamentos, visto que o custo do tratamento dos resíduos é repassado para o consumidor final, seja este tratamento pago pela indústria ou pelo varejista.





Os fármacos encontrados no meio ambiente e em águas naturais, conforme apresenta a justificativa da proposição, não são indicativos suficientemente objetivos de que a coleta de resíduos de forma correta venha a diminuir significativamente as concentrações a serem encontradas em novos estudos, após a aprovação da lei. A própria justificativa da lei tem a informação da Alemanha, onde foram identificados 18 antibióticos em efluentes de ETE - Estações de Tratamento de Esgoto, obviamente decorrentes do consumo dos medicamentos pela população. Deve ser observado que as concentrações das doses determinadas para os pacientes são dimensionadas para manter uma ação residual no seu organismo, sendo eliminadas com as fezes e urina dos mesmos; portanto como os processos de tratamento de esgotos usuais não são eficientes na remoção destes produtos químicos, tal situação poderá não ser modificada pela melhor gestão de RSS do Grupo B, cabendo-se avaliar outro tipo de propositura para efetivar esta redução.

Como a grande preocupação, que se percebe nas entrelinhas do texto, é com os produtos utilizados nos domicílios, obtidos ou adquiridos nos locais de distribuição, públicos ou privados, sugere-se uma reformulação nas formas de embalagem e dispensação de medicamentos, a ser realizada pela indústria, que entregaria para o consumo as quantidades efetivamente necessárias para o tratamento, evitando-se possíveis sobras. Esta situação, sim, pode trazer uma redução de despesa para o consumidor que ora se obriga a comprar mais medicamentos do que realmente precisa e, sem qualquer dúvida, trará uma relevante melhoria ambiental, evitando-se desprezar e tratar material de alto custo de produção como medicamento e de alto custo de tratamento como resíduo.

Também deve ser avaliado o risco à segurança da população quanto ao transporte para os coletores concentrados nos salões comerciais da rede farmacêutica e com o possível consumo incorreto de medicamentos sem condições de uso, disponíveis em maiores quantidades para serem apanhados nos recipientes de coleta de medicamentos vencidos ou estragados ali instalados."

Isto posto, é salutar a necessidade de um estudo pormenorizado com o real impacto sobre a destinação dos medicamentos em desuso, seus procedimentos, benefícios e malefícios que tais medidas possam acarretar à população e ao meio ambiente como um todo.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA  
GOVERNADOR DO ESTADO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 018/11**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 018/11**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1601/11**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 075/11, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 075/11, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida que, dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 075/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **09 de junho de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 018/11, foi encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **04 de julho de 2011**, sendo desta maneira tempestiva.

Desta forma, esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, de agosto de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO  
RELATOR





## **Projeto de Lei nº 075/11**

**(Autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida)**

Dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

**Art. 1º** Todo o resíduo contendo substâncias químicas ou biológicas que sejam produtos hormonais, antimicrobianos, citostáticos, antineoplásicos, imunossupressores, digitálicos, imunomoduladores, antiretrovirais, anti-inflamatórios, corticóides e seu derivados, em especial e todos os demais medicamentos de uso humano ou veterinário, deverá ter seu descarte e destinação final conforme a presente lei.

**Art. 2º** As empresas fabricantes, importadoras, distribuidoras ou revendedoras de produtos descritos no art. 1º da presente lei, ficam responsáveis em dar a destinação adequada a esses produtos, mediante procedimentos de coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final.

**Parágrafo único.** As empresas descritas no caput deste artigo ainda devem prestar assistência aos estabelecimentos que comercializam ou distribuem estes produtos.

**Art. 3º** Os estabelecimentos que comercializam ou distribuem os produtos mencionados no art. 1º desta lei, incluindo neste rol as farmácias, farmácias de manipulação, farmácias veterinárias e lojas de produtos animais que comercializarem medicamentos, os postos de saúde, os hospitais, as clínicas e os consultórios sejam eles médicos ou odontológicos, os hospitais, clínicas e consultórios veterinários, os laboratórios de exames clínicos, e qualquer outro estabelecimento que comercialize ou distribua remédios, mesmo que seja de forma gratuita, como a distribuição de amostras grátis, ficam obrigados a aceitar a devolução das unidades usadas, vencidas, inservíveis, cujas características sejam similares àquelas comercializadas ou distribuídas por estes estabelecimentos.





Projeto de Lei nº 075/11 - fls.02.

**Art. 4º** Os medicamentos, ou produtos recebidos na forma do artigo anterior, serão acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecendo-se as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores quanto aos mecanismos operacionais para a coleta, transporte e armazenamento, bem como as normas ambientais e de saúde pertinentes, devendo ser processadas de forma tecnicamente segura e adequada até que seja feito o repasse para os distribuidores, fabricantes ou importadores.

**Art. 5º** Após a entrega, pelos usuários, dos medicamentos aos estabelecimentos que os comercializam ou que os distribuam, informarão às empresas distribuidoras e revendedoras, ou às fábricas ou importadoras, a lista de produtos que demandam destinação final, a fim de que sejam tomadas as medidas determinadas pela presente lei.

**Parágrafo único.** No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da informação de que trata o *caput* deste artigo, os responsáveis, nos termos desta lei, providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação final aplicável a cada caso.

**Art. 6º** Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final dos produtos que trata a presente lei:

I – lançamento *in natura* a céu aberto, tanto em ares urbanas quanto rurais;

II – queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, conforme legislação vigente.

III – lançamento em copos d'água, manguezais, praias, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas naturais ou artificiais, em redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade, telefone, gás natural ou de televisão a cabo, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundações;

IV – em aterros sanitários que não sejam de classe I (aterro de resíduos perigosos);

V – lançados na rede de esgoto.

**Art. 7º** A desobediência ou a inobservância de quaisquer dispositivos desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:



**Projeto de Lei nº 075/11 - fls.03.**

I – advertência por escrito, notificando o infrator para sanar a irregularidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, sob pena de multa;

II – não sanada a irregularidade, será aplicada multa no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), reajustáveis anualmente pelo índice de variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor);

III – em caso de reincidência, a multa prevista no inciso anterior será aplicada em dobro;

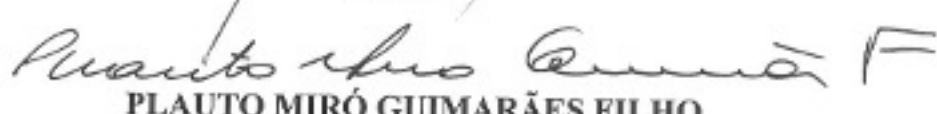
IV – persistindo a irregularidade, mesmo após a imposição de multa em dobro, será aplicada multa pecuniária diária de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) até o cumprimento integral do presente diploma legal.

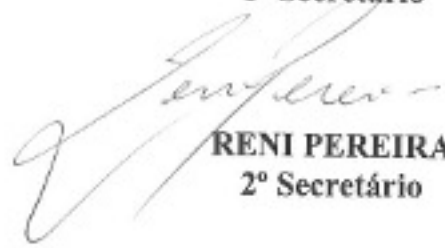
**Art. 8º** O Poder Executivo regulamentará a presente lei em até 60 (sessenta) dias.

**Art. 9º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 30 de maio de 2011.

  
**VALDIR ROSSONI**  
Presidente

  
**PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
1º Secretário

  
**RENI PEREIRA**  
2º Secretário



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## **REQUERIMENTO**

*Requer a retirada da Proposição de Veto 018/11, Projeto de Lei 075/11 por 10 sessões.*

Senhor Presidente:

OS Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais, requerem, após ouvido o douto plenário, a **retirada por 10 sessões** da Proposição de Veto 018/11 aposto ao Projeto de Lei 055/11, da presente ordem do dia.

Sala das Sessões em, 14 de setembro de 2011.

*[Handwritten signatures and names of the deputies:]*  
DULIO  
Deputado Estadual  
TRAVASSOS  
Chelda  
CHILDA  
ÉLIO  
ZUCCHI  
GILBERTO  
DOUGLAS  
BURELLI  
BURELLI



**AO DOUTO PLENÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**AO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**

O Deputado adiante assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, com fulcro no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vem apresentar de forma legítima e tempestiva **RECURSO AO PLENÁRIO** do **IMPROVIMENTO DO RECURSO** apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Parecer exarado pelo Nobre Deputado Estadual César Silvestre Filho sobre o **PROJETO DE LEI Nº 465/2011**, pelos motivos que passa a aduzir.

#### **I – Preliminarmente**

Dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá se manifestar sobre a constitucionalidade dos projetos apresentados.

Assim cabe demonstrar que, dentre as atribuições previstas no Regimento Interno, é de competência da Comissão de Constituição e Justiça, manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa.

Dessa atribuição regimental deve-se entender que a Comissão deverá observar se o Projeto de Lei se coaduna com a Constituição Federal e Estadual, bem como se harmoniza com o ordenamento jurídico vigente.

**Vedando-se à CCJ, e as demais comissões, a apreciação do mérito dos projetos, uma vez que as discussões de mérito são de exclusiva atribuição do plenário desta Casa de Leis.**

Ch  
Recebido  
em 17/10/11  
[Assinatura]



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 03

8

Diante de uma decisão desfavorável poderá o autor apresentar recurso do Parecer do relator, situação em que será designado novo relator e nova votação será realizada. Tendo mais uma vez um parecer aprovado de forma desfavorável cabe, ainda, **ao parlamentar se insurgir e requerer uma reapreciação desta vez no plenário da Assembléia.**

Oportuno salientar que no caso em tela, normativas administrativas, como resoluções, atos administrativos e atribuições administrativas oriundas de lei **não retiram o poder soberano de legislar do Poder Legislativo.**

## **II – Dos Fatos e dos pareceres**

/ O Deputado que a este subscreve apresentou Projeto de Lei que **proíbe a comercialização de quaisquer cigarros que tenham aditivos para dar sabor, aroma ou equivalente, em todo o território paranaense.**

Apresentado o PL, o mesmo seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça, sendo designado o Deputado Relator o Sr. Élio Rusch.

Inicialmente o Projeto de lei em tela recebeu parecer desfavorável. Para ilustrar o presente recurso trago alguns fundamentos do parecer inicial ao Projeto de Lei.

O Nobre Deputado Estadual Élio Rusch em seu parecer argüiu que o Projeto de Lei em tela é ilegal, pois contrapõe Lei Federal em vigor. Em síntese fundamenta a ilegalidade sobre a tese de que caberia a ANVISA a legislação sobre o tema.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.  
Fls. 04  
82

O Deputado relator afirma:

"Quanto à análise da matéria ora proposta, ressalta-se que a competência para regular a venda, produção e consumo de produtos e insumos cabem a ANVISA"

**Ora, o deputado afirmou que é de competência da ANVISA regular a venda, consumo, etc., e não de legislar, pois a atividade legislativa é exclusiva do Poder Legislativo, e nenhuma outra instituição poderá invadir esta competência, a não ser de forma delegada e explícita, e mesmo assim nunca, sobre nenhuma hipótese, poderá suplantá-la, pois, ser superior a atividade do legislador.**

Segue na argumentação, o nobre parlamentar relator, citando o artigo 7º, inciso XV e artigo 8º, §1º, inciso II, da lei federal nº9782/1999, os quais transcreve-se novamente:

"Art. 7º Compete a Agência (...) devendo:  
(...)"

XV - proibir a fabricação, a importação o armazenamento a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da **legislação pertinente** ou de risco iminente à saúde"

Como se não fossem suficientes os equívocos, data vênha, do nobre relator, segue a citação do artigo 8º extraído do mesmo parecer:

"Art. 8º Incumbe a Agência respeitada a **legislação em vigor**, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

X - cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco;"



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 05

Em síntese o Deputado Élio Rusch afirmou que o presente projeto é inconstitucional, pois feriria a Lei Federal nº9782/1999, pois caberia a ANVISA, ente do Poder Executivo regular, disciplinar e, portanto, legislar EXCLUSIVAMENTE sobre cigarros e semelhantes.

**Inconformado com esta decisão o parlamentar que a este subscreve apresentou uma impugnação ao relator r. citado. O nobre Presidente da CCJ designou novo relator, o Deputado Cesar Silvestre Filho. O nobre parlamentar então apresentou novo parecer com os argumentos semelhantes ao do nobre Deputado Élio Rusch.**

O parlamentar Cesar Silvestre Filho ao manter os argumentos declara que cabe a ANVISA legislar sobre cigarros. Transcreve-se os argumentos do nobre deputado:

**"Cumpre salientar que a competência para regular a venda, produção e consumo de produtos e insumos cabem a ANVISA.**

...

**Tal competência está estabelecida nos artigos 7º, XV e 8º, §1º, II, da LEI FEDERAL Nº 9782/1999, que define o sistema nacional de vigilância sanitária, cria a agência nacional de vigilância sanitária e dá outras providências, senão vejamos:**

**"Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos Incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:**

(...)

**XV – proibir a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde;**

*Ch*



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 06

8

Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

(...)

X – cigarros, cigarrilhas e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco;”

Observe-se que o ilustre Deputado afirmou que não poderia o legislador estadual disciplinar o consumo, comércio e distribuição de cigarros e afins, uma vez que a ANVISA é a única competente para estes fins.

Ocorre que o próprio relator afirma que o controle, a fiscalização e a proibição dos cigarros pela ANVISA decorrem de lei, ou seja da atividade parlamentar. Tanto os artigos 7º e 8º da citada lei federal, trazem argumentos que submetem a ANVISA a legislação e não dão a esta autarquia poder de legislar.

Continua o nobre relator a afirmar que a atividade do legislador foi destituída em favor de um ente do Poder Executivo, afirmando, inclusive que resoluções do órgão impedem outras legislações sobre o assunto:

“A resolução nº 46 de 2001 da ANVISA é a responsável em maximizar os teores máximos dos componentes do cigarro, conforme artigo 1º, senão vejamos:

Art. 1º Estabelecer os teores máximos permitidos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono presentes na corrente primária da fumaça para os cigarros comercializados no Brasil.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 92  
8

*Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei é ilegal por conter vício de iniciativa, tendo em vista que a competência para regulamentar o assunto abordado no presente projeto de lei é de competência da UNIÃO, através do Ministério da Saúde - ANVISA."*

**Infelizmente houve uma aberração constitucional ao se cogitar a desistência do Poder de Legislar deste Poder, dando a uma autarquia do Poder Executivo atribuição exclusiva para legislar sobre os cigarros.**

Sem adentrar, ainda neste equívoco, a própria argumentação do Deputado César Silvestre Filho, tal como a do deputado Élio Rusch, **explicita que a ANVISA cumpre a LEGISLAÇÃO EM VIGOR, e não produz lei.**

**Veja -se, regular significa disciplinar, fiscalizar, e não legislar,** é o que afirma a lei, a regulação de que trata a Lei Federal nº 9782/1999, que cria a autarquia ANVISA, **não dá a este órgão competência legislativa, uma vez que seria absolutamente inconstitucional, aliás, repita-se a lei federal deixa claro que a ANVISA deverá cumprir a legislação. Como, aliás, todo e qualquer ente do Estado.**

Compete a Agência, então, **CUMPRIR A LEGISLAÇÃO PERTINENTE**, esta é a alegação trazida pelo próprio relator. Cumprir a Legislação significa que a ANVISA deverá se subordinar a legislação pátria e não produzir leis, insistentemente repete-se.

A resolução nº 46 de 2001, citada pelo nobre parlamentar, regula os teores máximos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono, onde nesta resolução está escrito que a ANVISA regulará os aditivos de sabores, aromas, e similares??? Ou melhor, em qual parte do presente Projeto de Lei pretendem os autores regularem ou modificar os teores máximos de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono?

**Criou-se, assim uma argumentação em que o Poder Legislativo do Estado do Paraná não poderá mais legislar**

An



nenhuma matéria de saúde pública, uma vez que a ANVISA regulará os produtos nocivos à saúde.

### III - DA LEGISLAÇÃO FEDERAL

Além dos motivos já exalados, demonstrando que o próprio relator em seu parecer se equivoca ao alegar a ilegalidade do presente projeto, já que na fundamentação cita uma lei federal que demonstra justamente o contrário, **ou seja, cabe ao legislador disciplinar em lei quais produtos e serviços devem ser regulados e fiscalizados pela ANVISA. Ou seja, bastaria a citação da própria lei federal trazida pelo nobre relator para demonstrar a LEGALIDADE do projeto de lei em tela e não o contrário.**

Mas, no sentido de contribuir, de demonstrar e assegurar a esta Casa sua competência legislativa ao mesmo tempo em que ilumina-se a questão com nossa Carta Maior.

A República Federativa do Brasil rege-se pela Constituição como norma máxima e constitutiva do Estado/Nação Brasil. Todo o ordenamento deverá estar recepcionado e submetido aos dispositivos e princípios exarados desta Carta.

Ou seja, deve todo legislador, todo administrador público, todos os julgadores, e toda a população, enfim, estar subordinado à Constituição. E é dessa Constituição que extraímos o princípio da divisão dos três poderes.

Desta independência e do princípio da divisão dos três poderes que se extrai que a atividade legislativa é atribuição do Poder Legislativo. Sendo que o chefe do Poder Executivo, os Presidentes dos Tribunais e os Procuradores Gerais poderão propor leis de natureza específica de suas ações.

*Ar*





**Afirmar que uma lei federal outorgou a uma autarquia o poder EXCLUSIVO de legislar sobre assuntos desta natureza, é por em risco o Estado Democrático de Direito e permitir trincar, para não dizer fraturar, um princípio básico e norteador do Estado Brasileiro.**

A própria Constituição, aliás, que garante o Poder de Legislar dos Estados membros sobre saúde. Vejamos o que diz o artigo 23 de nossa Carta Maior:

"Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;"

Na mesma esteira o artigo 24 da Constituição da República Federativa do Brasil afirma que :

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

V - produção e consumo;

...

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

§1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;

§2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados."

*Ar*



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Assim explicitamente há a previsão constitucional sobre a capacidade legislativa do Estado na questão de defesa da saúde. Os dois dispositivos constitucionais asseguram que os Estados poderão, aliás, deverão, produzir leis que disciplinem a defesa à saúde e que promovam a saúde e o bem estar de sua população.

O presente projeto, desta forma se coaduna com os dispositivos constitucionais de forma harmônica e assim plenamente válida. Passado pelo crivo constitucional passa-se a questionar se o presente Projeto de Lei se contrapõe a outra legislação em vigor.

Não há nenhuma lei que garanta a produção de tabaco com aromatizantes, e assim não há que se falar em ilicitude do presente Projeto de Lei, pois o mesmo vem suplementar a legislação em vigor e, portanto, está plenamente válido diante do ordenamento jurídico.

Se esse não fosse o caso, e se os deputados relatores estivessem com a razão os Tribunais teriam derrubado a lei que proíbe consumo de tabaco em locais fechados, já que, segundo os relatores, caberá EXCLUSIVAMENTE a ANVISA legislar sobre o consumo do tabaco. Mas a legislação estadual que proíbe os fumantes de fazerem uso do tabaco em locais fechados está válida, e plenamente em vigor mesmo após inúmeras tentativas da indústria de derrubar a lei. Os tribunais já deixaram claro que pode o Estado legislar sobre o tema uma vez que é de competência COMUM, e assim não cabe a indústria alegar inconstitucionalidade, ou seja, diante do assunto similar não há o que se falar em ilicitude do presente projeto de lei.

O Paraná pode e deve prever normas que garantam aos seus cidadãos saúde. Não pode o legislador estadual querer restringir o princípio constitucional Republicano e Federativo, ao argumentar que um ente da administração Indireta tem competência natural e inequívoca do Poder Legislativo.

Mais do que assegurar que este Projeto de Lei siga seu trâmite nesta Casa a questão agora toma um fundo muito mais importante, que é resguardar e garantir o Poder de legislar da Assembleia Legislativa do Paraná. Infelizmente a questão é: a assembleia Legislativa entende que a lei federal que criou a autarquia dá a esta o poder de



legislar exclusivamente sobre determinado tema, ou se a Assembléia Legislativa entende que a atividade legislativa é natural e soberana do Poder Representativo do povo traduzido pelos seus deputados.

#### **IV – Conclusão**

Diante dos argumentos expostos e da clara necessidade de proteção aos cidadãos paranaenses, além do dever dos parlamentares em garantir instrumentos legais que promovam à saúde, deve o Projeto de lei em tela prosperar, seguir seu trâmite ao ser considerado constitucional e legal.

/ É o que se solicita e se entende por justo e digno dessa Casa.

Sala das sessões, 16 de agosto de 2011.

**LUIZ EDUARDO CHEIDA**  
**Deputado Estadual - PMDB**

**RELATOR: DEP. ELIO RUSCH**

**Parecer: Contrário – aprovado.**

**36- PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 016/11**

**Autor: Dep. Marcelo Raugel**

*Estabelece novos critérios para a criação de municípios na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. ELIO RUSCH**

**Parecer: Contrário – aprovado.**

**37- PROJETO DE LEI nº 518/11**

**Autor: Dep. Pericles de Mello**

*Declara de utilidade pública o centro cultural Hamaltá - centro de estudo e pesquisa da arte e cultura afro-brasileira*

**RELATOR: DEP. DUILIO GENARI**

**Parecer: Favorável – aprovado.**

**38- PROJETO DE LEI nº 543/11**

**Autor: Dep. Evandro Jr**

*Declara de utilidade pública a federação paranaense de balonismo, na cidade de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná*

**RELATOR: DEP. DUILIO GENARI**

**Parecer: Favorável – aprovado.**

**39- PROJETO DE LEI nº 548/11**

**Autor: Dep. Toninho Wandebere**

*Declara de utilidade pública a AMAS - Agentes Multiplicadores Ambientais para a Sustentabilidade, com sede e foro no município de Foz de Iguaçu*

**RELATOR: DEP. DUILIO GENARI**

**Parecer: Favorável – aprovado.**

**40- PROJETO DE LEI nº 575/11**

**Autor: Dep. Elio Rusch**

*Fica declarado de utilidade pública o Instituto Carlos Galera, com sede e foro no município de Itaipó*

**RELATOR: DEP. DUILIO GENARI**

**Parecer: Favorável – aprovado.**

**41- PROJETO DE LEI nº 576/11**

**Autor: Dep. Gilson Souza**

*Declara de utilidade pública o Instituto construído nos ruínas, com sede e foro no município de Curitiba - PR*

**RELATOR: DEP. DUILIO GENARI**

**Parecer: Favorável – aprovado.**

**42- PROJETO DE LEI nº 583/11**

**Autor: Dep. Elio Vezzi**

*Insiste a reconhecimento de utilidade pública estadual à agência de desenvolvimento ambiental, cultural e econômico liberdade indígena, com sede e foro no município de Maringá*

**RELATOR: DEP. DUILIO GENARI**

**Parecer: Favorável – aprovado.**

**43- PROJETO DE LEI nº 530/11**

**Autor: Dep. Stephanes Jr**

*Declara de utilidade pública estadual a Universidade Livre de Cultura - Unicolana, com sede e foro no município de Curitiba Estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. DUILIO GENARI**

**Parecer: Favorável – aprovado.**

**44- PROJETO DE LEI nº 510/11**

**Autor: Dep. Luiz Eduardo Cheida**

*Declara de utilidade pública a associação de pais, mestres e funcionários do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, com sede e foro no município de Londrina - Estado do Paraná*

**RELATOR: DEP. DUILIO GENARI**

**Parecer: Favorável – aprovado.**

**45- PROJETO DE LEI nº 477/11**

**Autor: Dep. Pedro Lupion**

*Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos de Ventania - AMAVE, com sede no município de Ventania e foro no município de Itaipó.*

**RELATOR: DEP. DUILIO GENARI**

**Parecer: Favorável – aprovada.**

**46- PROJETO DE LEI nº 465/11 – RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO**

**Autor: Dep. Luiz Eduardo Cheida e Dr. Batista**

*Proíbe a comercialização de cigarros com aditivos que dão sabores no Estado do Paraná.*

**NOVO RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO**

**Parecer: Contrário – aprovado.**

Celine F. Gordin

Deputado Nelson Justus

Coordenadora Administrativa

Presidente

15/04/2011

## Atos de Pessoal

### Diretorias

#### EDITAL

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar Por Abandono de Cargo de nº 10.121 de 25 de maio de 2010, instituída pela Portaria de nº 019 de 23 de maio de 2011 e tendo em vista o disposto no artigo 329 § 2º da Lei 6174 de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Paraná, CITA, pelo presente edital, JOÃO LEAL DE MATOS, servidor desta Casa de leis, matrícula sob nº 40.108, lotado na Diretoria Geral, cargo de auxiliar administrativo, CPF/MF nº 499.937.980-01 e RG nº 3.495.376-3, para no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste, comparecer na sede do Comissão Permanente Por Abandono de Cargo, s/nº, Praça Nossa Senhora Soledade, s/nº, 3º Andar, na Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do Paraná, a fim de apresentar defesa escrita, dentro de 10 (dez) dias a partir do último dia de publicação, no processo disciplinar a que responde, sob pena de revelia.

**RUY CARNEIRO TEIXEIRA FILHO**  
 Presidente da Comissão Permanente  
 Abandono de Cargo

15/12/2011



Dep. Luiz Eduardo Cheida e Dr. BATISTA

# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.  
Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº. 465/11  
LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 01 JUN. 2011

1º Secretário

Súmula: *Proíbe a comercialização de cigarros com aditivos que dão sabores no Estado do Paraná*

**Art. 1º** - Fica proibida a comercialização de quaisquer cigarros que tenham aditivos para dar sabor, aroma ou equivalente, em todo o território paranaense.

**Art. 2º** - Para os efeitos desta Lei, as empresas, fabricantes e os pontos de comercialização ficarão proibidos de dispor, vender e transportar cigarros que contenham sabores (aromatizantes), como os mentolados, de chocolate, morango entre outros.

**Parágrafo único.** Ficam também proibidos comerciais, cartazes, estandes, e outros meios de divulgação que contenham cigarros com aditivos de sabor.

**Art. 3º** - As pessoas jurídicas ou físicas que comercializarem cigarros que contenham os aditivos de sabor estarão sujeitas as seguintes penalidades:

- I) Apreensão de todo o estoque em desacordo com esta lei;
- II) Multa de 10 (dez) a 10.000(dez mil) Unidades de Padrão Fiscal do Paraná.

**Parágrafo único.** As pessoas jurídicas ou físicas que forem reincidentes terão aplicação da penalidade prevista no inciso II deste artigo em dobro e triplo, sucessivamente, e estarão sujeitas a interdição do estabelecimento.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



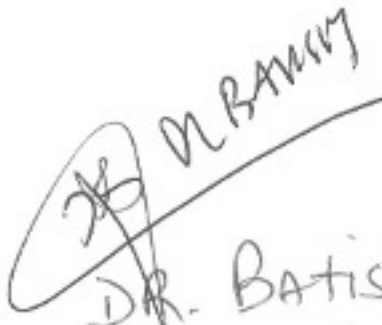
**Art. 4º** - A fiscalização e a aplicação das sanções ficará ao encargo da Secretaria de Estado da Saúde, e do Departamento de Vigilância Ambiental - DEVA, nos termos e atribuições previstos no inciso XIX do art. 2º do Anexo ao Decreto Estadual 777/07.

**Art. 5º** - Os estabelecimentos que comercializam cigarros terão o prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem a presente lei.

**Art. 6º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de junho de 2011.

  
**LUIZ EDUARDO CHEIDA**  
**Deputado Estadual - PMDB**

  
**DR. BATISTA**  
**DEPUTADO ESTADUAL - PMN**



### **JUSTIFICATIVA**

"Como o tabaco tem um gosto ruim, esses aromas facilitam a iniciação ao cigarro. O aditivo é um truque sujo para conquistar os jovens". Esta afirmação é do Sr. Agenor Álvares, diretor da ANVISA (agência de Vigilância Sanitária), e com esta frase resume a intenção deste legislador em proibir os cigarros com sabores.

Anualmente o consumo de cigarros entre os adultos com mais de 30 anos vem decrescendo, e infelizmente o consumo de cigarros entre a população jovem vem aumentando, e estudos demonstram que um dos motivadores para o consumo juvenil é a adição de sabores aos cigarros.

Em 2007 23% da população brasileira era fumante, em 2010 este número caiu para 19%. Isto significa que aproximadamente 7,6 milhões de pessoas abandonaram o fumo (seja por morte, doenças ou por meios voluntários). Com esta queda os fabricantes investiram em novas apresentações, colorindo os cigarros e em especial adotando cigarros com sabores.

A estratégia parece que está dando certo, afinal dos fumantes brasileiros 36% tem entre 16 e 34 anos, sendo que 15% dos fumantes tem menos de 24 anos. Uma pesquisa realizada entre 2002 e 2005 apontou que 44% dos adolescentes e jovens fumam cigarros aromatizados.

Estudos recentes confirmam que os cigarros mentolados além de facilitadores da iniciação ao tabagismo, são considerados mais viciantes e, portanto, seus consumidores têm mais dificuldade de largar o cigarro. O mentol age como um analgésico, diminuindo a irritação na garganta e nos pulmões, e também potencializa os efeitos da nicotina, razões que comprovam seu perigo.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



A ANVISA estuda medidas de proibir cigarros aromatizados, com esta lei o Paraná mais uma vez dará exemplo para o nosso país na promoção da saúde humana.